

Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz

Regina Magalhães de Souza¹

Resumo

Este trabalho identifica a matriz discursiva que tornou possível o discurso do protagonismo juvenil: uma concepção de sociedade como um aglomerado de indivíduos – atores sociais – que estabelecem relações de negociação com os outros indivíduos enquanto realizam atividades que beneficiam a si próprios e à coletividade. A atuação social, característica dos atores sociais, é a “nova forma” de política prescrita pelo discurso. Essa “nova forma” constitui, em última instância, encenação, implicando a anulação da política e funcionando como mecanismo de integração da juventude pobre. A anulação da política ocorre pela adoção do “fazer coisas” como forma de participação e pela fabricação do consenso pelo discurso, o que impede a fala autônoma e transgressora.

Palavras-chave: protagonismo juvenil, juventude, discurso, educação.

*¹Doutora em Sociologia pela
Universidade de São Paulo*

Autor para correspondência:
*Regina Magalhães de Souza
Rua Pamplona, 346, 6º andar, São
Paulo - SP
Email:
regina_m_souza@yahoo.com.br*

Introdução

Este artigo propõe-se a sintetizar alguns dos resultados de pesquisa¹ realizada com textos variados (documentos oficiais, livros, matérias de jornais e revistas, fôlderes, conteúdos de sítios na Internet etc.) produzidos, no período 1985-2005, por organizações não-governamentais (ONGs), órgãos de governo, organismos internacionais e pesquisadores acadêmicos, e que abordaram o tema da participação da juventude. A amostra de textos permitiu a identificação e a delimitação de certo discurso sobre a juventude em produção desde meados da década de 80, e que veio a ser posteriormente aglutinado e consolidado com a emergência do enunciado *protagonismo juvenil*.

Raras vezes um único discurso e, especificamente, o discurso em questão apresenta-se por inteiro num só texto. Cada texto é resultado do entrecruzamento de discursos (por vezes distintos e contraditórios), além de manifestação da singularidade daquele indivíduo que o escreveu. O discurso é um produto coletivo que, em maior ou menor grau, atravessa os textos individuais (FOUCAULT, 1987, p. 160). Desse modo, não foram exploradas as peculiaridades de cada uma das diferentes organizações, órgãos de governo, organismos internacionais e acadêmicos que escreveram sobre juventude em algum momento de suas trajetórias intelectuais, políticas e/ou de trabalho. Não se pretendeu uma análise dos diferentes autores (sejam eles indivíduos ou organizações) dos textos sobre juventude, mas identificar, nos seus escritos ou, mais exatamente, em fragmentos dos seus escritos, a (maior ou menor) presença de certo discurso (que, mesmo não sendo único, pode-se afirmar que seja predominante hoje em dia). A intenção foi descrever as operações discursivas que lhe garantem a eficácia, especialmente em relação ao exercício e dissimulação do poder.

Emergência e consolidação de um enunciado

Sempre vagamente definida, a expressão *protagonismo juvenil* começou a circular no discurso especialmente das organizações do terceiro setor que trabalham com juventude pobre (e que compõem o chamado campo da *educação não-formal*, para certos autores *não-*

¹ Pesquisa que fundamentou tese de doutorado na área de Sociologia, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), posteriormente publicada sob o título *O discurso do protagonismo juvenil* (SOUZA, 2008).

convencional ou, simplesmente, *não-escolar*), em meados da década de 90. Em alguns momentos parece referir-se a método, princípio ou eixo pedagógico cuja ênfase na atividade do educando, ou do jovem a quem se dirigem as medidas socioeducativas, o deslocaria de uma posição considerada passiva, de mero beneficiário ou depositário de conhecimentos, para uma posição de participação ativa. Outras vezes, *protagonismo juvenil* parece designar não um método ou princípio pedagógico, mas certa capacidade intrínseca ao jovem, a de ser *protagonista* – ou o *ator principal* – no desenvolvimento do país, da chamada comunidade e do seu próprio. A imprecisão, aliás, não é um fator de debilidade do discurso, mas uma importante estratégia, ou uma peculiar operação discursiva, de fabricação do consenso (que não se deduza do uso do termo estratégia que, necessariamente, deva existir uma intenção do discurso ou um grupo de mentores, representantes do capital, sempre prontos para criarem estratégias de dominação).

A emergência do enunciado, contudo, foi precedida pela produção, desde os anos 80, de um discurso sobre a participação da juventude. Um marco na produção desse discurso foi o ano de 1985, declarado, já em 1979, pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o *Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz*. Desde então, e em especial durante os anos 90, os órgãos das Nações Unidas produziram dezenas de documentos, resultantes, inclusive, de fóruns, seminários e encontros diversos, em que foram estabelecidos programas de ação, diretrizes e medidas a serem *adotadas* pelos países-membros, configurando o campo das chamadas políticas públicas de juventude.

Ainda que com certo atraso em relação aos outros países latino-americanos, o Brasil vem acatando as recomendações internacionais. A principal delas talvez seja justamente o fato de se considerar a juventude como um segmento populacional e social específico, a que não se aplicam os conceitos de criança e de adolescente e cujas demandas não seriam satisfatoriamente supridas por políticas setoriais (cf. UNESCO, 2005, p. 94). As políticas públicas recomendadas pelos organismos internacionais dirigem-se, sobretudo, aos segmentos da juventude em situação de pobreza e exclusão, considerados especialmente vulneráveis ao desemprego, violência, delinquência, drogas, AIDS, abuso ou exploração sexual, gravidez não desejada etc. (ONU, 1998a, p. 144-45; UNESCO, 2005, p. 15, 198-99). A maior parte das medidas propostas visa à integração da juventude pobre mediante o acesso a serviços, à inserção no mercado de trabalho (o que não significa garantia de emprego, mas o “fomento ao empreendedorismo juvenil”, cf. BRASIL, 2006) e à “construção de uma cultura de paz” (UNESCO, 2005, p. 149-152; 217-22; 226-34). A participação dos jovens, tanto na *formulação* dessas medidas quanto na sua *implementação*, é pedra angular das políticas de integração propostas pelos organismos internacionais no período 1985-2005 e, internamente, tem sido defendida, em maior ou

menor grau, por boa parte das ONGs e acadêmicos. Assim, o mote “participação, desenvolvimento e paz”, escolhido para 1985 – o *Ano Internacional da Juventude*, veio norteando os documentos oficiais dos últimos vinte anos e marcando presença, em maior ou menor grau, também nos textos sobre juventude das ONGs.

Ainda que em contínuo movimento de transformação, o discurso do *protagonismo juvenil* já se encontrava manifesto nos documentos internacionais produzidos entre 1985 e fins dos anos 90, faltando apenas um nome para identificá-lo e aglutiná-lo. Durante a década de 90, o termo *protagonismo* apareceu vez ou outra nos documentos internacionais até que, em março de 2001, a expressão completa – *protagonismo juvenil* – foi alçada ao título da publicação *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur* (CEPAL e UNESCO, 2001). Tal publicação foi resultado do *Encontro sobre Melhores Práticas em Projetos com Jovens do Cone Sul*, promovido pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), em novembro de 1999, e que reuniu 40 jovens que representavam 20 projetos em andamento em quatro países: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. O enunciado apareceu no título, mas não no interior dos artigos; apenas na declaração final do evento que deu origem à publicação encontra-se, uma única vez, a expressão “protagonismo dos jovens” (CEPAL et al., 2001, p. 138). Portanto, nos documentos dos organismos internacionais, o enunciado *protagonismo juvenil* não foi capaz de fixar-se como o aglutinador de um discurso já consolidado. Na publicação mais recente intitulada *Políticas públicas de/para/com juventudes* (UNESCO, 2005), a expressão *protagonismo juvenil* não é mencionada; aparece apenas o termo “protagonistas” em referência a jovens que participam e se destacam em alguma área.

No Brasil, a organização pioneira no uso e principal responsável pela consolidação do enunciado *protagonismo juvenil* foi a Fundação Odebrecht, imediatamente seguida pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC). Em março/abril de 1996, periódico editado pela Fundação Odebrecht trazia o artigo intitulado *Protagonismo juvenil: projetos estimulam adolescentes a atuarem como agentes de ações voltadas para a comunidade* (ODEBRECHT INFORMA, 1996, p. 25-26). Os projetos destinados à juventude já haviam sido objeto do periódico, mas é bastante provável que a edição de março/abril de 1996 tenha sido a primeira em que o *protagonismo juvenil* foi identificado como o mote das atividades da Fundação Odebrecht.

Entre os anos de 1997 e 1998, o enunciado *protagonismo juvenil* ainda estava se firmando como designativo de um discurso, aparecendo aqui e acolá. Conforme matéria de capa da revista *Pais&Teens*, do Instituto Paulista de Adolescência (CARVALHO, 1997/98), em outubro de 1997, teria ocorrido, no Memorial da América Latina, em São Paulo, o *Fórum Internacional sobre Protagonismo Juvenil*, promovido pela Fundação Odebrecht, Instituto

Ayrton Senna e Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Já em 1998, na cidade de Faxinal do Céu (PR), foi realizada, pelo IIDAC, com o apoio da Fundação Odebrecht, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Governo do Estado do Paraná, a primeira edição do seminário *Vem ser Cidadão*, evento que chegou a reunir 383 “jovens protagonistas” e que motivou reportagem publicada no *Caderno Zap!*, do jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título “Protagonista juvenil’ é sinônimo de cidadão” (VILLALBA, 1998). Tanto a matéria do *Caderno Zap!* (VILLALBA, 1998) quanto a da revista *Pais&Teens* (CARVALHO, 1997/98) reconheciam que *protagonismo juvenil* ainda era “um conceito novo no país” (CARVALHO, 1997/98, p. 22), cujo significado se propunham a explicar aos leitores.

Em 2000, a Fundação Odebrecht publicou o livro *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática* (COSTA, 2000, no prelo desde, pelo menos, fins de 1997), escrito pelo pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa. Foi com o trabalho de “construção teórica e sistematização de Antônio Carlos Gomes da Costa e da equipe da Modus Faciendi” (FUNDAÇÃO ODEBRECHT apud COSTA, 2000, p. 6) que a Fundação Odebrecht passou a reconhecer, retrospectivamente, o *protagonismo juvenil* como a “verdadeira marca” (ODEBRECHT, 2003) do trabalho que já vinha realizando com adolescentes desde 1988. A publicação do livro de Costa (2000) pode ser considerada um *acontecimento* no movimento de transformação discursiva, uma vez que, a partir de então, o enunciado *protagonismo juvenil* pôde fixar-se – ao menos parcialmente, uma vez que não alcançou unanimidade entre autores e organizações – como identificador de um discurso, em produção desde meados da década de 80.

O nome de Antônio Carlos Gomes da Costa tornou-se referência no discurso do *protagonismo juvenil*. Costa publicou outros textos com o mesmo tema (COSTA, 1997/98; 1999; [2000?]), e vem prestando serviços de assessoramento e consultoria a várias organizações e empresas que trabalham com juventude, com destaque para a Fundação Odebrecht e o Instituto Ayrton Senna. Sua empresa, a *Modus Faciendi*, criada em 1991, oferecia, pelo menos até 2003, cursos e palestras sobre *protagonismo juvenil* (MODUS FACIENDI, 2003).

Desde a publicação do livro de Costa (2000), outras organizações e autores do terceiro setor também se ocuparam da conceituação de *protagonismo juvenil*, reproduzindo formulações e argumentos, bastante próximos aos do pedagogo mineiro, em textos veiculados, especialmente, pela Internet: além da própria Fundação Odebrecht, destacam-se o já referido Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC, 2006); Grupo Interagir, de jovens brasilienses, que criaram o “portal do *protagonismo juvenil*” (INTERAGIR, 2006); Fundação Educar DPaschoal (EDUCAR, 2001); o Movimento de Intercâmbio Artístico Cultural pela Cidadania

(MIAC), rede de 119 organizações com sede em Salvador, Bahia (RABÊLLO, [200-]); os psicólogos Azevedo et al. [200-], que trabalhavam com educação sexual e prevenção ao uso de drogas; Pizzol e Toneli (2004), que publicaram uma resenha do livro de Costa (2000) numa revista universitária; Ricci (2002), professor da PUC-Minas e diretor da CPP Consultoria em Políticas Públicas; Ribas Jr. [2005?], diretor-executivo da Prattein, empresa de consultoria. Enfim, foi (re)produzida toda uma argumentação para justificar a pertinência ou encobrir a contingência de um enunciado que surgiu, pode-se afirmar, fortuitamente, num certo discurso sobre a participação da juventude.

Desde então, o discurso e o enunciado que o nomeia disseminaram-se cada vez mais nos textos das organizações do terceiro setor, especialmente as diretamente ligadas a empresas, e nos documentos governamentais (cf. TOMMASI, 2005). Já, no meio acadêmico, o enunciado *protagonismo juvenil* não conseguiu penetração, defrontando-se, inclusive, com limites do próprio discurso, tal como indicado, a seguir, ainda neste artigo. O mesmo não se pode dizer do discurso sobre a participação da juventude numa sociedade concebida como um aglomerado de atores sociais em atividade e negociação entre si: elementos desse discurso podem ser detectados em vários textos acadêmicos (os autores, muitas vezes, *atuam*, simultaneamente em organizações não-governamentais, órgãos de governos e/ou organismos internacionais, fato que não é determinante, mas contribui, na atualidade, para uma aproximação cada vez maior entre os discursos). Por outro lado, autores diferentes, ancorados em posições teóricas, metodológicas e políticas distintas, impõem maiores ou menores limites ao discurso do poder. Como já referido, tais distinções não são exploradas neste artigo, que visa a identificação não das divergências, mas daquilo que é comum ao discurso em questão.

Participação, atuação social e encenação da política

É possível localizar, em textos acadêmicos sobre juventude produzidos durante os anos 80 e 90, a expectativa da participação política dos jovens, seja nas formas ditas “tradicionais” seja nas “novas formas”, vislumbradas como alternativas às primeiras. O impacto social e político do movimento estudantil certamente foi um dos fatores que orientou os estudos pioneiros sobre juventude no Brasil (entre eles, FORACCHI, 1972, 1982) àquela parcela de jovens universitários, provenientes das camadas médias da população, que exerciam uma ação política. Não só no discurso acadêmico, mas nas suas ramificações na mídia e no senso comum, o movimento estudantil elevou-se, nas décadas seguintes, a movimento ideal de

juventude (cf. ABRAMO, 1994; CARDOSO, 2005), fazendo da política um componente constitutivo da própria noção de jovem. Espera-se que a mudança advenha, não só da renovação de gerações, mas da ação transformadora e, portanto, política, da juventude.

A política foi o meio pelo qual a juventude universitária realizou a contestação do mundo adulto numa sociedade em mudança (FORACCHI, 1972). Ou seja, a política estudantil, orientada pela “contestação permanente” (FORACCHI, 1972, p. 102), foi a forma assumida pela rebelião ou revolta da juventude, cujo fator fundamental era a “rejeição da condição adulta” (FORACCHI, 1972, p. 27). A participação ocorria pela via do protesto (FORACCHI, 1982, p. 30).

Por outro lado, em fins dos anos 70 e durante a década seguinte, vários pesquisadores (com destaque para SADER, 1995) seguiram identificando “novas formas” de política “inventadas” por “novos sujeitos”, que emergiram no “novo sindicalismo” e nos “novos movimentos sociais”. Os “novos sujeitos” teriam inventado as “novas formas”, ao rechaçarem a política tradicionalmente instituída e politizarem as práticas cotidianas dos locais de moradia e de trabalho. A desconfiança em relação às instituições políticas ditas tradicionais (Estado, partidos, sindicatos), numa conjuntura de crise das ideologias de esquerda, não teria redundado em apatia e afastamento da política, mas no exercício da política em outros espaços. As “novas formas” foram caracterizadas, portanto, pela *autonomia* (em relação ao Estado, partidos e imposições ideológicas) e pela *defesa de direitos* – fundamento da noção então construída de cidadania (que, em lugar da doação por um Estado protetor, fundava-se no princípio da igualdade e supunha relações de reciprocidade entre Estado e membros da sociedade, cf. TELLES, 1999).

Desde meados da década de 1980, também os estudos sobre juventude no Brasil passaram a considerar a possibilidade de ação política em outras instâncias, além das ditas tradicionais. Em 1985, por exemplo, a revista *Desvios* refletiu sobre a decadência do movimento estudantil, interpretada por Paoli (1985) como recusa, pelos estudantes, da “forma de existência das entidades de representação estudantil” (p. 59); os artigos da revista apontavam, segundo a autora, “um outro horizonte de práticas coletivas” (p. 60), que anunciavam “novas questões para a universidade, para a sociedade e para a política” (p. 60).

Parte dos estudos de juventude passou a privilegiar a perspectiva do lazer e do consumo, elementos de “cultura(s) juvenil(s)”, e seguiu tentando identificar no cotidiano dos grupos juvenis, um tipo de ação semelhante àquela que as ciências sociais haviam detectado nos “novos sujeitos” dos “novos movimentos sociais”: as “novas formas” de política. Cabe destacar a dissertação de mestrado de Helena Abramo, publicada com o título *Cenas juvenis* (ABRAMO, 1994). O livro de Abramo (1994) alcançou intensa

repercussão, tornando-se referência obrigatória para os trabalhos posteriores, e marcou uma virada discursiva; ou seja, sua publicação pode ser considerada um acontecimento, uma vez que reorientou o discurso acadêmico sobre a participação da juventude. Contudo, tomar o livro de Abramo (1994) como a origem, no meio acadêmico, do discurso do *protagonismo juvenil*, seria ceder, precipitadamente, à tentação de localizar num só ponto no espaço e no tempo a forma embrionária de um discurso já destinado a se desenvolver em certo sentido. Parece mais correto localizar, no texto de Abramo (1994), a formulação de certos argumentos e idéias que sustentariam ou já vinham sustentando um discurso em produção, desde a segunda metade da década de 80, pelos organismos internacionais, imediatamente seguidos, em nível nacional, pelas organizações do terceiro setor ligadas a empresas.

Abramo (1994) defendeu o argumento de que as categorias de radicalismo e alienação não eram mais adequadas para explicar o comportamento juvenil, uma vez que os anos 80 caracterizavam-se por “uma outra conjuntura social, que coloca[va] outras questões às novas gerações”, que, por sua vez, encontravam “outros ângulos para problematizá-las, outras possibilidades de equacioná-las e outras formas de expressá-las” (p. 52). A autora identificou a forma de participação dos grupos juvenis em foco (os “grupos de estilo”) pelos termos “lidar”, “problematizar”, “equacionar” e “elaborar” (as questões conjunturais), além de “manifestar” e “expressar” (a insatisfação). Tal manifestação do descontentamento diante de situações conjunturais foi referida por Abramo (1994, p. 150) como encenação, um “estilo de atuação social” (conforme título original da dissertação que deu origem ao livro). A autora não reconheceu propriamente como política a encenação/atuação social dos grupos em questão, nomeando-a “atuação crítica”, “esforço de expressão no espaço público”, “intenção de intervir nos acontecimentos” (ABRAMO, 1994, p. *xiv-xv*). Por outro lado, tais idéias, relacionadas à expectativa de “novas formas” de participação da juventude e presentes não só no texto de Abramo (1994), aqui tomado como referência, mas também nos escritos de tantos autores, encontraram resposta e direcionamento no discurso que estava sendo produzido no plano internacional, o que parece ter confundido a argumentação desses mesmos autores.

A expressão “atuação social”, adotada por Abramo (1994), já era usada nos anos 80, consagrando-se, nos anos 90 e 2000, como designativo de um certo tipo de participação social, não só dos jovens, mas também de outros *atores sociais*. Um tipo de participação diferente da “contestação permanente” (cf. FORACCHI, 1972) ou do protesto contra as contradições sociais, mas também da encenação como expressão de insatisfação com a conjuntura identificada por Abramo (1994). Atuação social é a atividade do ator social, hoje muito diferente do ator social da sociologia clássica: grosso modo, o indivíduo que, sob a influência das instituições, interiorizava normas e

valores sociais e desempenhava um papel atribuído pela sociedade. Nos dias de hoje, a expressão *ator social* nomeia o indivíduo que, perseguindo interesses particulares ou “objetivos pessoais”: realiza um diagnóstico das possibilidades (ou estabelece projetos realistas); dialoga, negocia, estabelece alianças e defende seus interesses perante outros atores (atos tomados como exemplos de práticas de cidadania, para o que se requer capacidade de comunicação); e *faz* coisas em benefício de si mesmo e de sua localidade ou grupo mais próximo. Um artigo de Alain Touraine traz uma exemplar definição de ator social:

Um ator social é o homem ou a mulher que intenta realizar objetivos pessoais em um entorno constituído por outros atores, entorno que constitui uma coletividade à qual ele sente que pertence e cuja cultura e regras de funcionamento institucional faz suas, ainda que apenas em parte. Ou, dito com palavras mais simples, são necessários três ingredientes para produzir um ator social: objetivos pessoais, capacidade de comunicar-se e consciência de cidadania. (TOURAINÉ, 1998, p. 5)

Em suma, o ator social dos anos 90 e 2000 é aquele indivíduo que, para alcançar objetivos particulares exequíveis, modifica um previamente diagnosticado entorno social e negocia com os outros indivíduos igualmente considerados *atores*. A atividade (ou o *fazer*) e a negociação/defesa de interesses são os dois meios, portanto, de realização dos objetivos particulares, e compõem a noção de atuação social. Mas também são os dois componentes da atual noção de participação e, como se vê adiante, da atual noção de cidadania; o discurso é, portanto, tautológico, igualando as noções de participação, atuação e cidadania.

O aglomerado de atores sociais compõe a atual sociedade civil, noção bem diferente daquela construída em oposição ao regime militar. Não há um propósito coletivo que reúna os indivíduos, e o espaço público é transformado em cenário em que atores sociais atomizados – indivíduos, empresas, organizações sociais e Estado (um ator social entre outros, considerado, porém, ineficiente na resolução dos problemas) – negociam e defendem interesses. A divisão de classes e as contradições são ocultadas; os conflitos e desigualdades cedem lugar à diversidade de interesses. O discurso homogeneiza o social.

Essa concepção de sociedade – como um aglomerado de atores sociais em atuação num cenário – é a base do discurso sobre o social presente em boa parte dos textos acadêmicos, governamentais e de organizações sociais hoje em dia. É também a matriz discursiva que possibilitou a ressignificação de inúmeras noções e a emergência de enunciados diversos (que não serão analisados aqui), entre eles “capital social”, “vulnerabilidade social”, “resiliência”, “empreendedorismo social”, além daquele que é foco deste artigo: *protagonismo juvenil*.

O *protagonista* é apresentado como o principal dos atores sociais. Ou seja, o discurso identificado aqui como *protagonismo juvenil* consiste, em última instância, num recorte ou faceta desse discurso mais geral, explicativo do social, que concebe a sociedade como o elenco dos atores sociais atuando num cenário. Chama a atenção a metáfora teatral, e defende-se aqui o argumento de que a nova forma de política prescrita pelo discurso consiste, sim, em anulação e encenação da política.

A política é anulada, de um lado, pela prescrição do *fazer* coisas como forma de participação e, de outro, pelo próprio discurso que forja o consenso e impede a fala autônoma e transgressora. No lugar da ação política, o discurso instala um simulacro ou encenação. O discurso não oculta a encenação, mas esse é também o seu limite: ele não pode afirmar a encenação até as últimas consequências sob pena de exibir-se como discurso e, então, tornar-se objeto de discussão e refutação por parte de outros discursos. Talvez por isso, ou seja, por explicitar a encenação da política, o enunciado *protagonismo juvenil* não tenha conseguido hegemonia nos textos sobre juventude, sendo frequentemente acusado de imprecisão, manipulação ideológica, ausência de conteúdo etc.

A encenação da política é possibilitada pela indistinção entre espaço público e cenário. Ou seja, o espaço público é destituído da palavra que discute, reivindica, contesta e delibera; nele se retém a palavra que manifesta e comunica no interior de um quadro semântico definido de antemão. O requisito da presença de outras pessoas, comum aos dois tipos de palavra, parece suficiente para que a encenação ocupe o lugar da política, ou seja, para que as manifestações de aglomerados de indivíduos sejam interpretadas como públicas ou políticas.

Contudo, nem sempre o termo *política* é explicitado nos estudos atuais sobre juventude, inclusive no texto de Abramo (1994) já referido (talvez devido ao implícito reconhecimento da anulação da ação política). Alguns saúdam a “reinvenção da política”, mas muitos identificam a existência de “formas novas de atuação social”, “atuação prática”, “novas maneiras de expressão da problemática juvenil”, “formas novas de intervenção no espaço público”, “novas práticas coletivas”, “ações coletivas juvenis” ou ainda “públicas”, “comunitárias”, “atuais” (cf. MÜXEL, 1997; COSTA, 2000, ABRAMO, 1994; SPOSITO, 1993/94). Por sua vez, os documentos dos organismos internacionais, raramente, para não dizer nunca, usam o termo *política*; recomendam, sim, a *participação* da juventude. Em qualquer dos casos, o discurso evita apresentar-se como político, muito menos como ideológico, e o próprio fato de não se exibir como tal dá-lhe maior garantia de disseminação e eficácia.

As novas formas não são exclusivas dos jovens radicais, estudantes universitários, mas são possíveis e desejáveis a toda uma população então incorporada a uma noção ampliada de juventude. Nos

últimos 25 anos, a noção de juventude foi alargada em termos de idade e origem social: hoje também os moradores das periferias, estudantes e não-estudantes, trabalhadores ou não, sem delimitações etárias precisas, são nomeados “jovens”, mais precisamente, “jovens pobres”, categoria impensada nas décadas de 60 e 70. A política, que havia sido interpretada como a principal modalidade de expressão da rebelião juvenil na sociedade moderna (cf. FORACCHI, 1972), e que pareceu ausente da vida dos jovens da chamada “Geração AI-5” (cf. MARTINS, 2004), considerada apática e/ou alienada, pôde, a partir de fins dos anos 80, reconciliar-se com a juventude. A uma noção ampliada e homogeneizadora de juventude conjugaram-se as novas formas de política.

A participação dos jovens no desenvolvimento – deles próprios e no de seus países, contribuindo para o chamado desenvolvimento humano ou social – constitui elemento-chave dos documentos internacionais produzidos no período 1985-2005 (especificamente ONU, 1985, 1995, 1998a, 1998b; CEPAL e UNESCO, 2001; UNESCO, 2005). O jovem é colocado numa dupla posição nos documentos em questão: objeto e agente das intervenções. Justamente para que possa oferecer sua contribuição à sociedade, o jovem deve ser alvo de políticas (ONU, 1995). Dessa dupla posição em que o jovem é colocado – daquele que recebe, mas também contribui – decorre uma noção de participação (tornada equivalente às noções de atuação social e cidadania) que combina passividade e atividade. O acesso aos serviços sociais e a aceitação (passiva) de decisões e diretrizes já estabelecidas em outras instâncias (de governo ou do próprio discurso) definida correntemente como “defesa de interesses”, combinam-se com a execução e a operacionalização, pelo jovem indivíduo, de tais serviços, decisões e diretrizes. Em suma, a passividade e a atividade individuais encontram-se no cerne das novas formas de participação/atuação social/cidadania prescritas à juventude: a defesa de interesses e a prestação (gratuita) de serviços.

Nos documentos internacionais das décadas de 80 e 90, essas duas posições – ativa e passiva – do jovem como objeto das intervenções eram claramente explicitadas; o jovem era então referido como “beneficiário” ou “destinatário” das políticas e medidas, ao mesmo tempo em que se esperava que ele fosse um “participante ativo” (ONU, 1995) ou um “associado ativo” (ONU, 1998b, p. 160) das mesmas políticas e medidas. Nos anos 2000, ocorreu uma rearticulação do discurso, que encobriu essa dupla posição juvenil pela enunciação de que o jovem seria o “ator estratégico” do igualmente duplo processo de desenvolvimento: o seu próprio e o da coletividade (UNESCO, 2005). Tanto o “ator estratégico” quanto o “jovem protagonista” são formulações que reúnem numa só figura a ambivalente posição daquele que é alvo de investimento, mas que, por essa mesma razão, deve oferecer sua contrapartida à comunidade ou ao país. Desse modo, as políticas e medidas que antes seriam *destinadas, relativas* ou *para* a juventude (ONU, 1995; 1998b, p. 161-

62), nos anos 2000 são referidas como *de/para/com juventudes* (cf. UNESCO, 2005, p. 20).

A defesa de interesses

Ao final do *Ano Internacional da Juventude*, as Nações Unidas apontavam a “vontade dos jovens por obter sua participação em todas as esferas que lhes são próprias e promover seus próprios *interesses*” (ONU, 1985, grifo nosso) ao mesmo tempo em que avaliavam positivamente o fato de que estaria sendo estimulada a sua “participação na *formulação* de novas políticas e programas nacionais e locais” (ONU, 1985, grifo nosso). O documento é explícito ao definir os *interesses* ou as *esferas próprias* de um grupo ou segmento social (no caso, os jovens) como a matéria sobre a qual a participação deve ocorrer, o que supõe uma forma de política baseada na defesa de objetivos (não direitos) mais particulares que gerais (cabe lembrar que o interesse, mesmo o da maioria, sempre tem um caráter parcial, cf. ARENDT, 1988b, p. 181).

Durante as últimas duas décadas, os organismos internacionais seguiram recomendando a participação dos jovens na *formulação* de políticas e “nos processos de *adoção* de decisões” (ONU, 1995, grifo nosso; cf. ONU, 1998b, p. 161-62), o que tem sido identificado como uma forma de “cidadania ativa”. Cabe atentar aos termos utilizados, especialmente, *formulação* e *adoção*. *Formulação* é redação em fórmulas, é enunciação precisa de um procedimento ou idéia, portanto, de algo já existente em algum nível e que deve ser descrito ou tomar forma. Também *adoção* é ato que supõe a preexistência do objeto sobre o qual incide. *Adotar* é aceitar, acatar, optar, admitir, assumir ou ainda aplicar, e tal como *formular*, não é criar, originar, conceber ou fazer nascer (cf. HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 88; 90; 1372; 1376). Em suma, tanto a *formulação* quanto a *adoção* de medidas, decisões ou políticas são atos que supõem a aceitação das mesmas preconcebidas e preexistentes medidas, decisões e políticas.

Outros dois termos que aparecem com frequência, em relação às medidas e políticas, são *planificação* e *desenho*. Ambos supõem a representação gráfica de algo – preexistente no plano da idéia ou da intenção – na superfície lisa e plana do papel. Apenas em sentido figurado, conforme Houaiss e Villar (2001, p. 985) *desenhar* significa elaborar ou conceber (um projeto). O discurso, portanto, é explícito ao restringir a participação prescrita à juventude aos atos de *formulação*, *adoção*, *planificação* e *desenho* das políticas, medidas e decisões, negando a possibilidade de criação, concepção, originalidade e inovação. Por outro lado, o próprio apelo à participação, em algo anunciado como políticas, medidas e decisões, evoca a *participação no poder*, tal como concebida em outros momentos históricos ou em

outros quadros explicativos, o que confunde a interpretação e garante a receptividade e a eficácia do discurso.

Apenas nos anos 2000, momento de uma rearticulação discursiva, o termo *elaboração* (das políticas) apareceu nos documentos governamentais (cf. BRASIL, 2004) e dos organismos internacionais. Os termos *formulação*, *adoção*, *planificação*, *desenho* não foram abandonados, mas a eles se juntou *elaboração*, que poderia indicar uma idéia de um trabalho mais criativo, que não se limitasse aos aspectos formais ou redacionais das políticas. Contudo, a mesma publicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que introduziu o termo *elaboração* também se refere, vez por outra, à “formatação de políticas” (UNESCO, 2005, p. 20), expressão inequívoca de que a participação juvenil deve ocorrer no âmbito da configuração exterior ou do formato das políticas.

Os próprios termos do discurso, portanto, indicam que, atualmente, a nova forma de participação – a atuação social apresentada também como *cidadania ativa* – restringe-se, de fato, aos aspectos técnicos, relacionados à operacionalização das políticas, medidas e decisões, e que aparecem como independentes de critérios políticos. A própria noção de decisão foi apropriada e ressignificada, perdendo o caráter de cisão e escolha presente na origem etimológica da palavra (o verbo latim *decidere*, cortar); em última instância, aqueles que *participam das decisões* são colocados na posição de objetos e não de sujeitos, uma vez que critérios técnicos não admitem contestação.

Pode-se argumentar que tal forma de participação não consiste em “reinvenção da política” ou em oportunidade de “cidadania ativa” justamente por se limitar ao âmbito da administração dos negócios públicos, em que está ausente o poder de deliberação (cf. ARENDT, 1988a, 1988b). Isto é, a discussão e a decisão sobre os assuntos públicos foram transformadas em “participação administrativa”, em que, segundo Benevides (2003), “prevalece a expressão de interesses particulares, corporativos, de classe, de categoria, por mais legítimos que sejam”, diluindo o cidadão no “consumidor”, no ‘usuário’, no ‘administrado’, no ‘contribuinte” (p. 17-18) e, pode-se acrescentar, no *jovem protagonista*. Mas o que está sendo ressaltado aqui, além da natureza administrativa da participação (nem sempre nítida e facilmente distinguível da discussão de assuntos públicos que demandam deliberações políticas), é a eficácia de um discurso que se apropria de noções construídas em momentos históricos diversos, confunde o debate e forja o consenso, anulando, com isso, a própria possibilidade de política.

A título de ilustração, pode-se lembrar do documento final do *Projeto Juventude* (INSTITUTO CIDADANIA, 2004), desenvolvido pelo Instituto Cidadania, ONG criada em 1991, por um grupo liderado por Luís Inácio Lula da Silva, com o objetivo de realizar estudos e

pesquisas e oferecer subsídios e propostas de políticas públicas. O *Projeto* contou com a participação de órgãos de governo, ONGs, movimentos diversos, acadêmicos e jovens em oficinas, debates, seminários, consultas públicas e reuniões sistemáticas de coordenação geral do trabalho realizadas na sede do Instituto Cidadania. No início do *Projeto*, o Instituto Cidadania enfatizava a sua intenção de contar com a “participação” dos “próprios atores juvenis” na “elaboração de cada uma das políticas públicas sugeridas e em todas as mobilizações a serem articuladas no âmbito da sociedade civil” (PROJETO JUVENTUDE, 2003).

Sem a pretensão de avaliar a condução e o resultado dos trabalhos realizados pelo *Projeto Juventude*, é possível indagar sobre a natureza da participação dos jovens e não-jovens na elaboração (termo usado pelo *Projeto*) das propostas apresentadas no seu documento final, uma vez que se constata a semelhança, quase coincidência, entre elas e as recomendações dos organismos internacionais que apoiaram oficialmente o *Projeto*². Mas o relativo consenso sobre o tema da juventude e a necessidade da implantação de políticas públicas para o setor (cf. SPOSITO e CORROCHANO, 2005) não decorre unicamente da influência (material, financeira, retórica e política) dos organismos internacionais sobre os países subdesenvolvidos. Trata-se de um discurso que tem nos organismos internacionais os seus mais poderosos formuladores, mas que também tem sido compartilhado – produzido e reproduzido – por órgãos governamentais, ONGs, empresários e vários membros da universidade. O consenso é estabelecido pelo discurso, ou seja, o próprio discurso, ao longo de sua tarefa de dissimulação do poder, apoia-se num quadro explicativo da sociedade, define um campo semântico, opera com base na repetição e na tautologia, ressignifica noções construídas em outras conjunturas sociais e políticas, de modo a confundir o debate e impedir o contra-argumento.

No caso específico do *Projeto Juventude*, há que se lembrar que o processo de participação dos jovens (e não-jovens) foi orientado por uma ONG especialmente criada para a proposição de políticas públicas (e cuja principal liderança foi eleito Presidente da República em 2002), e que havia definido o tema juventude como prioridade de trabalho para os anos 2003 e 2004. Ou seja, o *Projeto Juventude* já nasceu no interior de um determinado discurso sobre juventude e políticas públicas. E já nas suas primeiras reuniões, nos dias 13 e 30 de junho de 2003, a juventude foi imediatamente identificada como segmento excluído, objeto de políticas e elemento que traz em si a “solução” de seus problemas e dos da sociedade, de maneira muito semelhante àquela dos documentos internacionais:

² A saber: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUP).

Em uma primeira troca de idéias houve um *consenso geral*: pensar o jovem como cidadão evitando as concepções correntes que vêem a juventude como *problema* a ser solucionado. A partir daí, surgiram os temas que devem ser abordados e os desafios a serem enfrentados pelo Projeto Juventude. (PROJETO JUVENTUDE, 2003, 1ª reunião, grifo nosso)

O consenso decorre, entre outros fatores, de uma explicação para o funcionamento da sociedade, segundo a qual não há alternativa econômica, política e social que implique uma radical transformação. A falta de alternativa e a ausência de um ideal ou, melhor dizendo, a identificação do ideal com o real, deslocam o eixo da interpretação da crise e possibilidade de ruptura para o eixo exclusão/inclusão. A questão social é definida pela situação de exclusão dos mercados de trabalho e de consumo, e a juventude, categoria definida, entre outros fatores, pela transitoriedade e incompletude, além do consumo de bens e serviços culturais e de lazer, torna-se o segmento da população mais vulnerável a tal situação.

Em resumo, o próprio modo de conceber os *problemas* da sociedade e da juventude já oferece a sua solução: políticas públicas de inclusão. O discurso impõe o quadro explicativo, o regime de argumentação, as categorias, os termos e os limites do debate ao apresentar-se como se estivesse inscrito na própria realidade para a qual não há alternativa possível. A contraposição só será possível a partir de um lugar exterior ao discurso, sustentado, inclusive, por uma prática social e política contrária. Eventual tentativa de reinterpretação ou de “ressemantização” (como, aliás, propõe IULIANELLI, 2003) do conceito de *protagonismo juvenil* apenas alimentaria o movimento de transformação do discurso, reforçando sua matriz explicativa.

O discurso forja um consenso uma vez que impede a palavra transgressora (cf. TELLES, 1999, p. 180-86). Sem a palavra transgressora não há como inaugurar uma maneira alternativa de explicar a vida social, produzindo um contradiscurso. Não há possibilidade de interpelação do estabelecido, de contestação (de critérios, princípios e regras) e reivindicação (de direitos que já não estejam previstos como serviços). Não há possibilidade de criação e participação *no poder*. Não há possibilidade de intervenção no rumo dos eventos, portanto, de ação política. O consenso anula a política e dissimula a dominação.

Parece não haver margem para a inovação e a originalidade além do estrito campo da *formulação, desenho, planificação e adoção* de decisões, medidas, projetos e políticas públicas concebidos no interior de um determinado discurso. Na medida em que jovens (e não-jovens) não comparecem às instâncias de proposição de políticas como portadores de uma fala autônoma, eles não têm como se constituir em sujeitos que devem ser ouvidos em suas demandas legítimas. Não são sujeitos, mas objetos do discurso. Objetos, porém,

que encarnam, incorporam e materializam o discurso, até o ponto em que se desfaz a distinção entre discurso e objeto. O discurso não se exhibe como discurso, mas aparece como se emanasse do seu próprio objeto e, nesse sentido, poder-se-ia dizer que o *protagonismo juvenil* é o discurso da juventude. Mas o *protagonismo juvenil* é também o discurso da juventude *sem voz*, dada a ausência da palavra autônoma que lhe permitiria a sua constituição como sujeito.

A participação ativa

Além de forjar o consenso, o discurso afirma a homogeneidade e a unidade do social, como se o real fosse regido por um único princípio: o da atividade individual. Nessa sua tarefa de homogeneização e afirmação da unidade fundada no princípio da atividade, o discurso recorre à tautologia, definindo sempre um termo pelo outro e nada esclarecendo. Assim, a atividade individual é componente essencial das noções de participação (por vezes, adjetivada: participação ativa), atuação, atuação social, atuação prática, cidadania (e também cidadania ativa), participação cidadã e trabalho voluntário, igualando-as todas. Participação, atuação, cidadania e voluntariado confundem-se na nova forma de *fazer* política.

Nos últimos vinte anos, os documentos internacionais vieram recomendando a participação ativa da juventude: “nas atividades organizadas nos planos local, nacional, regional e internacional na esfera da juventude” (ONU, 1985, grifo nosso); na “aplicação e avaliação das políticas e planos de ação nacionais e locais” (ONU, 1998, p. 146, grifo nosso); “no processo de adoção e execução de decisões, assim como nos procedimentos vigentes...” (ONU, 1998b, p. 169, grifo nosso). Inclusive no documento mais recente, a participação na elaboração de políticas não prescinde da participação na sua execução (UNESCO, 2005, p. 90). Ora, participação nas atividades, na aplicação das políticas, na execução de decisões e nos procedimentos é, de fato, aplicar ou executar as ditas atividades ou procedimentos, ou seja, é *fazer*.

O *fazer* é apresentado como a alternativa à chamada tradicional participação política. A ação política reivindicativa, contestatória e deliberativa é substituída pelo *fazer* (cf. GOHN, 2005, p. 109). Cabe lembrar que Hannah Arendt já havia detectado, na era moderna, a “substituição da ação pela fabricação e a concomitante degradação da política como meio de atingir um fim supostamente superior” (ARENDR, 2002, p. 241); o *fazer*, determinado pelas categorias de meios e fins, é radicalmente diferente da ação política, que “embora tenha um começo definido, jamais tem um fim previsível” (p. 156). Mas justamente por ter um começo definido e um

fim previsível, o *fazer* possibilita ao homem o domínio sobre o processo de fabricação, domínio que não tem sobre a ação, sempre imprevisível e dependente dos outros homens (ARENDDT, 2002, p. 156-57). Pode-se afirmar, portanto, que o discurso, ao prescrever o *fazer* como a nova forma de política, fornece ao indivíduo a ilusão do domínio e da previsibilidade sobre a vida política, enfim, a ilusão do poder.

O *fazer*, ou a prestação gratuita de bens e serviços, é apresentado como oportunidade de participação e atuação social, prática de cidadania, e é, por vezes, nomeado como trabalho voluntário. Cabe identificar algumas características do atual voluntariado ou de uma certa “fala homogênea acerca do novo trabalho voluntário” (CUNHA, 2005, p. 12, grifo do autor) que permite ao discurso aproximá-lo das noções de participação, atuação social e de cidadania. Uma delas é o fato de que o apelo à prestação gratuita de bens e serviços não mais se faz em nome da caridade, ou de valores e princípios morais e/ou religiosos, mas em nome de objetivos políticos, embora não definidos como tais. No plano internacional, o voluntariado é apresentado como mecanismo de participação do indivíduo e estratégia de desenvolvimento e erradicação da pobreza, motivos pelos quais deve ser estimulado entre a juventude (ONU, 1998a, p. 148; UNESCO, 2005, p. 159). No Brasil, o voluntariado recebeu o propósito adicional de “transformação do mundo” ou de “construção de uma nação socialmente mais justa” (VILLELA, 2003): “Os incomodados que mudem o mundo! Faça Parte! Torne-se um jovem voluntário!”; tal era o apelo publicitário do Instituto Faça Parte em cartazes nos vagões dos trens do metrô de São Paulo, em 2002.

Assim, nos textos em que a prestação gratuita de bens e serviços é referida como trabalho voluntário e como uma das formas de *protagonismo juvenil*, a justificativa apresentada nunca é a caridade, fraternidade ou o amor ao próximo, mas a “transformação do mundo”, a “mudança social” ou a “solução dos problemas sociais”. Mas nem sempre parece possível sustentar o argumento, e outros textos, no seu esforço por distanciar o *protagonismo juvenil* do assistencialismo e da caridade, em lugar da expressão “trabalho voluntário” ou “voluntariado”, mencionam “ações voltadas para a comunidade”, “intervenção social”, “trabalhos sociais”, “ações comunitárias”. Em qualquer dos casos, pode-se afirmar que o discurso materializa-se numa atividade que se supõe possa instalar-se no espaço público e ocupar o lugar da política.

A política prescrita pelo discurso baseia-se, contudo, numa peculiar noção de mudança social, muito distante dos objetivos de ruptura das estruturas da sociedade capitalista, e que pode ser sinteticamente definida como a reversão de uma situação negativa que afeta um grupo localizado de pessoas. A mudança consiste, sim, na solução de problemas, e seu principal instrumento é o *projeto*:

Formalmente, os projetos se definem como a unidade mínima de intervenção social que, por meio de uma estratégia tecnicamente viável e objetivos claros, se propõe a transformar uma situação negativa que afeta a um grupo de pessoas em um tempo e localidade determinados (TAPIA, 2001, p. 17).

O projeto é, portanto, estratégia para se encontrar a solução de um problema (TAPIA, 2001, p. 21; 34), essencialmente um meio para se atingir um fim, e por isso mesmo é considerado “instrumento de mudança social” (p. 38). O projeto baseia-se num diagnóstico prévio da situação em termos de problema a ser solucionado (o que, por si só, já anuncia a solução a ser encontrada), e pretende uma intervenção localizada e imediata, cujos resultados possam ser mensurados e avaliados segundo o princípio da eficácia. Diagnósticos quantificáveis e resultados mensuráveis sustentam um saber que se pretende técnico e que aparece como se já estivesse imediatamente impresso na realidade. Apaga-se a distância entre o real e o saber, e o discurso não se exhibe como tal, mas como se fosse a própria realidade.

Os projetos tornaram-se a principal estratégia de trabalho das organizações do terceiro setor que estimulam a prestação gratuita de bens e serviços. Ou seja, o trabalho voluntário, atualmente justificado pelo objetivo de mudança social – concebida como solução de um problema localizado –, rege-se pelo caráter instrumental de seus projetos. A lógica empresarial subjacente ao projeto permite que alguns se refiram a ele como “empreendimento”, e ao indivíduo responsável pela sua execução, como “empreendedor social” (GERAÇÃO MUDA MUNDO, 2006); e também o trabalho voluntário é, por vezes, identificado ao “empreendimento social” na medida em que “busca a eficiência dos serviços, a qualificação dos voluntários e das instituições” (CAMPOS e SOUSA, 2000, p. 13).

O *fazer coisas* – em benefício próprio e no da coletividade, inclusive quando nomeado “trabalho voluntário” ou “participação ativa” – confunde-se, no discurso em questão, também com a noção de cidadania. Desse modo, cidadania (e, pode-se supor, a política) é atividade que deve ser *praticada* (cf. TANAKA et al., 1998) e que pode e deve tornar-se objeto de aprendizagem, ou seja, que se pode e se deve “aprender na prática”, isto é, por meio de projetos (LINO, [200-?]; ARACATI, 2006). Desse modo, o projeto transformou-se também em estratégia pedagógica, em treinamento para a nova forma de política, em método de “educação para a cidadania”, comparecendo tanto nas propostas de currículo da escola de nível médio quanto no trabalho das ONGs do campo da chamada “educação não-formal”.

No ensino médio, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 2000) apresentam o projeto como uma estratégia pedagógica alternativa ao chamado “ensino tradicional”, uma vez que estimularia a “reconstrução do conhecimento”, raciocínio, experimentação, solução de problemas e “outras competências

cognitivas superiores”, e atenderia aos eixos da interdisciplinaridade e contextualização que devem presidir a organização curricular.

A importância do projeto nos PCN’s decorre da concepção de educação em que se baseia o documento e cujo objetivo é o desenvolvimento (poder-se-ia dizer, a aquisição) de competências e habilidades para que o aluno “construa a si próprio como um agente social que intervém na sociedade” (BRASIL, 2000, p. 21). Grosso modo, o conhecimento não deve ser assimilado, apreendido ou adquirido, mas “constituído”, “reconstruído” ou “reinventado” mediante a atividade individual, do que decorre uma proposta de organização curricular que permita “estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento” (BRASIL, 2000, p. 74). O projeto atende a dois pontos fundamentais da concepção de educação em vigor: é uma atividade prática (que dispensa *teorias* e *conteúdos inúteis*) e é uma atividade de grupo (oportunidade de aprendizagem também da sociabilidade ou da capacidade de comunicação e negociação, um dos componentes da noção de participação/atuação social/cidadania).

Já no campo da chamada educação não-formal, exalta-se a possibilidade de participação dos jovens no planejamento, execução e avaliação do projeto. Contudo, a participação dos jovens não interfere na essência do projeto, ou seja, como busca dos meios mais adequados para a realização de metas predefinidas ou busca de soluções mais eficazes para problemas previamente diagnosticados; os critérios de julgamento e decisão encontram-se referenciados à finalidade da busca de “soluções concretas” (cf. COSTA, 2000, p. 220). Em suma, o pressuposto de que o projeto é a estratégia de mudança social não é afetado pela participação dos jovens.

Tanto na escola de nível médio quanto no trabalho de educação desenvolvido pelas ONGs, o jovem deixaria a posição de espectador passivo ou de beneficiário para se tornar também um *participante ativo* ou, na formulação de alguns, um *jovem protagonista*. O *jovem protagonista* “não seria apenas o beneficiado, mas também o promotor da transformação social”, conforme as palavras de Campos e Sousa (2000, p. 13), autoras que estimulam o trabalho voluntário juvenil. E, nos termos de Gilberto Dimenstein, criador da ONG Cidade Escola Aprendiz, na cidade de São Paulo, “o *protagonismo* é quando a pessoa se sente co-autora, quando você é agente e beneficiário do processo de mudança” (SABER 2004, anotações nossas). Desse modo, as noções de cidadania, voluntariado, atuação social e *protagonismo* são tautologicamente definidas pela atividade em benefício da coletividade, mas também em benefício do próprio indivíduo que a realiza. No cidadão/voluntário/ator social/*protagonista* conjugam-se as figuras daquele que recebe e daquele que contribui.

O *jovem protagonista* não é exatamente o indivíduo que *internaliza* um discurso, *adere* a um padrão de comportamento ou que é *coagido* a certas normas de conduta e *submetido* à dominação. O

discurso é normativo, posto que estabelece comportamentos em conformidade com uma regra; esta, porém, não aparece como exterior e permanece oculta sob a atividade do indivíduo/ator social. O *jovem protagonista* é aquele indivíduo/ator social que encarna a regra e cuja atividade materializa o discurso do poder e atesta sua eficácia. Ou seja, o próprio *indivíduo em atividade* mantém o poder e seu discurso em operação, e, portanto, “contribui” (conforme um termo frequente no discurso em questão) para sua própria dominação. Integrados que estão à subjetividade, poder, regra e discurso não se exibem como tais e seu êxito é atestado pelo próprio indivíduo/ator social em atividade.

As atuais “novas formas” de política

Esquemáticamente falando, as “novas formas” de política vislumbradas por diversos autores (aqui citados PAOLI, 1985 e SADER, 1995) nos movimentos sociais das décadas de 70 e 80 não se caracterizavam pelo *fazer* coisas, mas pela reivindicação de direitos. Em 1988, a Constituição firmou como direitos as reivindicações populares de trabalho, moradia, saúde, educação, assistência social, entre outras; e dois anos depois, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal n. 8.069/1990) especificou os direitos das crianças e adolescentes, legitimados como “sujeitos de direitos”.

Contudo, durante os anos 90 e 2000, o discurso do poder transformou a noção de direitos em serviços, aboliu os termos “reivindicação” e “garantia” e, sob os termos “assegurar” e “defender” (em referência aos direitos), enfatizou a atividade do indivíduo na satisfação das suas necessidades. Pode-se identificar como o ponto de inflexão do discurso as palavras proferidas em julho de 1988 pelo próprio Presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB). No exato momento em que o texto constitucional acolhia a noção politicamente construída de direitos, ela já começava a ser ressignificada como serviços que devem atender a necessidades:

[...] essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da pior das discriminações: a miséria. *Cidadão é o usuário de bens e serviços* do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social (GUIMARÃES, 1988, grifo nosso).

Em relação à juventude, a perspectiva do “sujeito de direitos”, que seguiu comparecendo nos textos de autores acadêmicos e ONGs durante toda a década de 90, também foi, nos anos 2000, apropriada pelo discurso internacional e governamental, de modo a confundir o argumento, inclusive, daqueles mesmos autores e organizações. Em 1997, por exemplo, Abramo (1997) apontava a existência de:

... uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos; [...] uma dificuldade de ir além de sua consideração como “problema social”, de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los (p. 28 grifo da autora).

Àquela altura, o discurso internacional já havia incorporado o argumento central do artigo de Abramo (1997), a idéia de que os jovens não mais deveriam ser considerados como “vítimas” (p. 34) ou como “problemas” (p. 28), seres heterônomos, meros receptores ou beneficiários de políticas, mas que deveriam “ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos [termo ainda ausente dos documentos internacionais consultados] que apresentam suas próprias questões” (ABRAMO, 1997, p. 32). Porém, ainda que a expectativa da autora fosse a de que os jovens passassem a ser considerados “sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos” (ABRAMO, 1997, p. 28), o fato é que a própria noção de direitos já vinha sendo modificada, reduzindo tais processos a procedimentos gerenciais, técnicos e administrativos relativos à prestação de serviços e defesa de interesses.

Graças a esse tipo de operação discursiva, a categoria “sujeito de direitos”, absolutamente ausente dos documentos internacionais anteriores, pôde ser incorporada ao discurso e aparecer na publicação *Políticas públicas de/para/com juventudes* (UNESCO, 2005, especialmente p. 16; 19; 81). Contudo, o que caracteriza o atual “sujeito de direitos” não é a situação de igualdade em relação ao outro, nem a palavra autônoma, contestatória ou reivindicativa, mas é a participação concebida como atividade, ou seja, como *fazer*. O jovem “sujeito de direitos” é aquele que deve “desenvolver seu potencial” (ARACATI, 2006) para “contribuir para a solução dos problemas sociais” (formulação de ABRAMO, 1997, p. 28, cujo deslizamento de sentido permite-lhe a presença no discurso) e “participar na construção de um país melhor para todos” (ARACATI, 2006). É também aquele que deixou de ser considerado como parte de um “grupo de risco”, mero beneficiário de políticas paternalistas: a ele “o acesso a serviços” é um direito a “ser assegurado” (UNESCO, 2005, p. 138-39). Cabe atentar para a formulação – o *acesso* (não o usufruto) a *serviços* é um direito *a ser assegurado* –, que não prevê a *conquista* e a *garantia* definitivas de direitos, mas substitui os direitos pelos serviços e, implicitamente, atribui ao indivíduo “sujeito de direitos” a interminável tarefa de assegurá-los (cf. CAMPOS e SOUSA, 2000, p. 13). Não há garantia de direitos, mas a responsabilidade individual de trabalhar pelo “acesso a serviços”.

Numa “sociedade sem garantias”³, também a noção de autonomia, elemento central das “novas formas” de política nas décadas de 70 e 80, foi ressignificada. O sentido original de “autonomia” – dar-se a si mesmo a norma de ação, o direito de reger-se segundo leis próprias – sofreu um deslizamento e hoje indica a não-filiação do indivíduo a partidos e correntes ideológicas (o que lhe garantiria a liberdade de pensamento, cf. MÜXEL, 1997; COSTA, 2000), e a capacidade desse indivíduo, sozinho, no grupo ou “em parceria” (o que não altera o caráter individual da atividade), *fazer* coisas, defender e negociar *interesses* para *assegurar* o *acesso a serviços*. A noção de autonomia pode ser definida, hoje em dia, como a capacidade de *fazer* coisas do indivíduo, isolado, numa sociedade sem garantias. No isolamento, lembrando uma vez mais Hannah Arendt, só é mesmo possível *fazer* coisas, mas não *agir* (ARENDR, 2002, p. 201).

Na sociedade sem garantias, as relações entre seus membros e entre eles e o Estado não são concebidas com base nas regras da chamada cidadania regulada do Estado protetor (de alguns), tampouco se regem pelo reconhecimento de direitos tal como no Estado de Bem-Estar Social (que nunca chegou a ser implantado no Brasil). No discurso atual, não há mais o carente ou o necessitado, objeto da caridade, mas também não há o sujeito que teve seu direito reconhecido e legitimado na luta política. Hoje em dia, o próprio indivíduo (pessoa, empresa, grupo ou organização social) deve realizar atividades que beneficiem a si próprio e a outrem. *Cada um deve fazer a sua parte*: é nesse bordão que se baseia a solidariedade atual.

Atualmente, as “novas formas” de política, tal como, grosso modo, caracterizadas aqui, realizam-se, primordialmente, por meio de um canal ou veículo supostamente mais ágil, eficaz e criativo na solução dos problemas e na defesa de interesses: a organização não-governamental (ONG) que faz parte do chamado terceiro setor. Cabe atentar, contudo, a fim de evitar generalizações apressadas, a extrema disparidade que caracteriza as ONGs, que diferem entre si em relação a inúmeros aspectos: origem social de seus membros, objetivos, formas de obtenção de recursos, métodos de trabalho etc. Na verdade, a noção de “terceiro setor” aglutina e homogeneiza um universo

³ Aqui a expressão “sociedade sem garantias” refere-se ao declínio dos direitos sociais, mas seu sentido pode ser ampliado para o que Bauman (2000) identifica pelo termo alemão *Unsicherheit*. Conforme Bauman (2000), o indivíduo contemporâneo sofre de *Unsicherheit*, isto é, a junção de: *insegurança* (sobre como garantir a sua sobrevivência num mercado restritivo e instável), *incerteza* (diante da impossibilidade de supor as consequências de seus atos) e *falta de garantias* (decorrente do esvaziamento de instituições que servem para aplacar o medo existencial do indivíduo, como a família e a nação). Pode-se acrescentar à família e à nação, citadas por Bauman (2000), também a escola, sindicato, partido e parlamento, instituições cujo enfraquecimento contribui para aumentar o isolamento do indivíduo contemporâneo.

extremamente heterogêneo de organizações⁴, e confere a elas, por meio da estratégia do *projeto*, algo que nem todas tinham de início: a racionalidade do mercado. Seja como for, hoje em dia, o ator social por excelência é a ONG, que se tornou, por isso mesmo, o principal (re)produtor do discurso do *protagonismo juvenil*.

O *protagonismo juvenil*, frequentemente definido como “método de educação para a cidadania”, é, pois, um discurso que prescreve ao jovem indivíduo um modelo de participação baseado na negociação de medidas que atendam a interesses parciais e na atividade que beneficia a si próprio e aos outros. Tal como propunha Touraine (1998), em cujo texto, aliás, não aparece a expressão *protagonismo juvenil*, este é um discurso que constitui o jovem ator social. É um discurso que atende ao propósito citado por Touraine (1998) de “fortalecimento do indivíduo” (p. 5), não da individualidade, tampouco das instituições. O indivíduo/voluntário/participante ativo/cidadão/ator social/*protagonista* é efeito do discurso, mas também é seu *portador ativo*, na medida em que incorpora, materializa e coloca em funcionamento esse mesmo discurso que o domina e controla.

Abstract

This work identifies the dialogic matrix that made possible the discourse of the juvenile protagonism: a conception of society as a group of individuals - social actors - that establish negotiation relations with other individuals while carry through activities that benefit themselves and the community. The social performance, a social actor characteristic, is the "new way" of politics prescribed by this discourse. This "new way" ultimately constitutes a performance that leads to cancellation of politics and works as a social integration mechanism of poor youth. The cancellation of politics occurs by the stimulation of “to do things” as a way to accomplish social participation, and also by the creation of an agreement through discursive means that hinders the autonomous and transgressive speech.

Key Words: juvenile protagonism, youth, discourse, education

⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre a fragilidade do conceito de terceiro setor, ver Montañó (2002), especialmente o capítulo I (p. 49-177).

Referências

ABRAMO, H.W. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, maio/dez. 1997.

ARACATI. Sítio na Internet da Aracati Agência de Mobilização Social. Disponível em: <http://www.aracati.org.br>. Acesso em: 16 jun. 2006.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

_____. A questão social. In: _____. *Da revolução*. São Paulo: Ática/UNB, 1988a, p. 47-91.

_____. A tradição revolucionária e seu tesouro perdido. In: _____. *Da revolução*. São Paulo: Ática/UNB, 1988b, p. 172-224.

AZEVEDO, M.P.S.M.T.; MOREIRA, J.A.A. e CONFORTO, M.T.A. *Protagonismo juvenil*. [200-]. Disponível em: <http://www.tve.brasil.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2005.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENEVIDES, M.V.M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. 3. ed. 5. imp. São Paulo: Ática, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. Projeto de Lei n. 4.530: aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Brasília: 2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: 2000. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2005.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens. *Portaria n. 196, de 30 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 06 de dezembro de 2006*. Disponível em: <http://www.consulex.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2007.

CAMPOS, M. e SOUSA, V. O voluntariado como forma de protagonismo juvenil. *Revista Conjuntura Social*. Instituto Ayrton Senna. São Paulo, ano 2, n. 4, p. 13-15, jul. 2000.

CARDOSO, I. A geração dos anos 60: o peso de uma herança. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, nov. 2005.

CARVALHO, M.G. A cara jovem do Brasil solidário. *Pais&Teens*. Instituto Paulista de Adolescência. São Paulo, n. 6, p. 21-27, nov./dez./jan. 1997/98.

CEPAL e UNESCO. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

CEPAL, BID, UNESCO, INJ, FLAJ. Declaración final: Encuentro sobre mejores prácticas en proyectos con jóvenes del Cono Sur. In: CEPAL e UNESCO. *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001, p. 133-40.

COSTA, A.C.G. O adolescente como protagonista. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Brasília, DF: v.1, ago. 1999.

_____. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

_____. Protagonismo juvenil: educação para a cidadania. *Pais&Teens*. Instituto Paulista de Adolescência. São Paulo, ano 2, n. 6, p. 25, nov./dez./jan. 1997/98.

CUNHA, M.P. *Os andaimes do novo voluntariado*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

EDUCAR. Fundação Educar DPaschoal. *Protagonismo juvenil: a visão da Educar*. Campinas, SP: 2001. Disponível em: <http://www.educar.com.br>. Acesso em: 25 set. 2006.

FORACCHI, M.M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira/Universidade de São Paulo, 1972.

_____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GERAÇÃO MUDA MUNDO. Sítio na Internet do Programa “Geração Muda Mundo: jovens transformando sonhos em ação”. Ashoka Empreendedores Sociais. Disponível em: <http://www.geracaomudamundo.org.br>. Acesso em: 05 out. 2006.

GOHN, M.G. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, U. *A Constituição cidadã*. Discurso pronunciado na Sessão da Assembléia Nacional Constituinte. Brasília: 27 jul. 1988. Disponível em: <http://www.fugpmdb.org.br>. Acesso em: 05 nov. 2004.

HOUAISS, A. e VILLAR, M.S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IIDAC. Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania. Sítio na Internet. Disponível em: <http://www.iidac.org.br>. Acesso em: 12 set. 2006.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto juventude: documento de conclusão*. Versão inicial para discussão, complementação e ajustes. São Paulo: Instituto Cidadania, 2004.

INTERAGIR. Sítio na Internet do Grupo Interagir. Disponível em: <http://www.interagir.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2006.

IULIANELLI, J.A.S. Juventude; construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P.C.P. e IULIANELLI, J.A.S. (orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 54-75.

LINO, A. *Mobilização social*. São Paulo: [200-?]. Disponível em: <http://www.aracati.org.br>. Acesso em: 16 jun. 2006.

MARTINS, L. A “Geração AI-5”: um ensaio sobre autoritarismo e alienação. In: *A “Geração AI-5” e Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004, p. 13-106 (publicado originalmente em *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979).

MODUS FACIENDI. Agência de Responsabilidade Social. Sítio na Internet. Disponível em: <http://www.modusfaciendi.com.br>. Acesso em: 22 abril 2003.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MÜXEL, A. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5-6, p. 151-66, maio/dez. 1997.

ODEBRECHT. Sítio na Internet do Grupo Empresarial Odebrecht. Disponível em: <http://www.odebrecht.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2003.

ODEBRECHT INFORMA. *Protagonismo juvenil: projetos estimulam adolescentes a atuarem como agentes de ações voltadas para a comunidade*. Fundação Odebrecht. Salvador, Bahia, p. 25-26, mar./abr. 1996.

ONU. Organização das Nações Unidas. Conferência Mundial de Ministros de Juventude. Declaración de Lisboa sobre políticas e programas relativos à juventude. Documento A/53/378, de agosto de 1998a. In: CEPAL e UNESCO. *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001, Anexo, p. 143-58.

_____. Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Plano de ação de Braga sobre a juventude. Braga, Portugal, agosto de 1998b. In: CEPAL e UNESCO. *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001, Anexo, p. 159-70.

_____. Resolução 40/14, de 18 de novembro de 1985. *Año Internacional de la juventud: participación, desarrollo, paz*. Disponível em: <http://www.un.cl>. Acesso em: 08 nov. 2005.

_____. Resolução 50/81, de 14 de dezembro de 1995. *Programa de acción mundial para los jóvenes até o ano 2000 e anos subseqüentes*. Disponível em <http://www.un.cl>. Acesso em: 08 nov. 2005.

PAOLI, M.C. Dossiê movimento estudantil hoje. Apresentação. *Desvios*. São Paulo, n. 4, p. 57-60, jul. 1985.

PIZZOL, G.D. e TONELI, M.J.F. Protagonismo juvenil: o que há de novo neste conceito? *Psicologia Argumento*. PUC do Paraná. Curitiba, v. 22, n. 39, p. 59-60, out./dez. 2004.

PROJETO JUVENTUDE. Sítio na Internet do Projeto Juventude do Instituto Cidadania. Disponível em: <http://www.projetojuventude.org.br>. Acesso em: 24 out. 2003.

PROTAGONISMO JUVENIL: a construção do jovem autônomo, solidário e competente. Palestra de Antônio Carlos Gomes da Costa. Belo Horizonte, MG: *Modus Faciendi*, [2000?]. 1 fita de vídeo (60 min.), VHS, son., color.

RABÊLLO, M.E.D.L. *O que é protagonismo juvenil?* Salvador, BA: [200-]. Disponível em: <http://www.ufrn.br/sites/engenhodesonhos>. Acesso em: 27 jan. 2006.

RIBAS JR., F.B. *Educação e protagonismo juvenil*. [S.l., 2005?] Disponível em: <http://www.prattein.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2005.

RICCI, R. *O protagonismo juvenil e a crise das instituições modernas*. [S.l.], 2002. Disponível em: <http://www.netcetera.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2005.

SABER 2004. CONGRESSO DE EDUCAÇÃO. Palestra: *A experiência do bairro-escola*, com o palestrante Gilberto Dimenstein e o debatedor Rubem Alves. Promoção: Sindicato dos Estabelecimentos

de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP). São Paulo, 24 set. 2004.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980*. 2. ed. (1 ed. em 1988). São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SOUZA, R.M. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus, 2008.

SPOSITO, M.P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-78, 1993/94.

SPOSITO, M.P. e CORROCHANO, M.C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-72, nov. 2005.

TANAKA, A.C.; BERLENDIS, E.D.N. e CHIPKEVITCH, E. A consciência de cidadão. *Pais&Teens*. Instituto Paulista de Adolescência. São Paulo, n. 7, p. 25-27, fev./mar./abr. 1998.

TAPIA, L. Jóvenes y proyectos: uma estratégia de doble fio. In: CEPAL e UNESCO. *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001, p. 17-50.

TELLES, V.S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999.

TOMMASI, L. Enfoques y prácticas de trabajo con los jóvenes; una mirada de las organizaciones no gubernamentales brasileñas. *Jóvenes Revista de Estudios sobre Juventud*. México, DF, n. 22, p. 48-69, jan./jun. 2005.

TOURAINÉ, A. Juventud y democracia en Chile. *Revista Última Década*. Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas (CIDPA). Viña Del Mar, Chile, n.8, 1998. Disponível em: <http://www.cidpa.cl>. Acesso em: 23 jan. 2006.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação no Brasil. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. 2. imp. Brasília: UNESCO, 2005.

VILLALBA, P. 'Protagonista juvenil' é sinônimo de cidadão. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 13 nov. 1998. Caderno Zap!, p. D-10.

VILLELA, M. O trabalho voluntário no Brasil após o Ano Internacional do Voluntário. *Revista Integração*. Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, n. 26, maio 2003. Disponível em: <http://integracao.fgvsp.br>. Acesso em: 26 maio 2003.